



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
28 DE ABRIL DE 2023

Proposta da Administração	3
a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022.....	3
b. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.	4
c. Eleger os membros do Conselho de Administração	4
d. Aprovar, nos termos do §2º do artigo 17 do Estatuto Social, a indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração	5
e. Aprovar o limite de Remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2023.....	5
ANEXO I – Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia	7
ANEXO II – Informações Relativas a Candidatos a Membros do Conselho de Administração (CA) ..	26
ANEXO III – Remuneração Global dos Administradores	32

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a proposta da administração (“Proposta”), elaborada de acordo com a Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº81/2022”), a respeito de cada um dos itens a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada em 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, para que, dessa forma, os acionistas possam votar com informações claras e consistentes sobre temas do interesse da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (“São Carlos” ou “Companhia”).

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.scsa.com.br/ri), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), bem como na sede da Companhia, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022.

a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022

As Demonstrações Financeiras são uma importante ferramenta de análise da Companhia, uma vez que expressam sua situação econômico-financeira. Através delas, é possível fazer análises sobre a situação patrimonial, índices de liquidez, de lucratividade e de endividamento, permitindo uma visão estratégica e uma estimativa do futuro, sinalizando suas limitações e potencialidades.

O relatório da administração e as demonstrações financeiras, incluindo balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas (em conjunto as “Demonstrações Financeiras”), são elaborados pela diretoria da Companhia e têm por finalidade fornecer aos acionistas um instrumento para guiar suas decisões.

Nos termos do inciso III do art. 10º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações dispostas no **Anexo I** à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme divulgadas em 08 de março de 2023 nos *websites* da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e também no *website* da Companhia (www.scsa.com.br/ri), e publicadas no jornal “Valor Econômico”.

Adicionalmente, informamos que o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022.

Conforme decisão do Colegiado da CVM de 27/09/2011 (Processo CVM RJ 2010-14687), em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31/12.2022, fica a Companhia dispensada da apresentação das informações exigidas pelo artigo 10º, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM nº 81/2022.

b. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024.

A administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração seja composto por 6 membros efetivos e 3 membros suplentes, independentemente do sistema de votação adotado.

c. Eleger os membros do Conselho de Administração

Propomos a seguinte chapa para composição do Conselho de Administração para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024:

Nome	Efetivo / Suplente
Rolando Mifano	Membro efetivo
Jorge Felipe Lemann	Membro efetivo
Marc Lemann	Membro efetivo
Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles	Membro efetivo
Rogério Chor (membro independente)	Membro efetivo
Marcio Del Nero (membro independente)	Membro efetivo
Guili Chor (membro independente)	Membro suplente
Ury Rabinovitz (membro independente)	Membro suplente
Veronica Deliza Pereira	Membro suplente

Os candidatos ora indicados encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos respectivos cargos, nos termos da Lei, bem como atendem os requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, sendo esta verificação realizada antes de sua indicação ao cargo de membro do Conselho de Administração, por meio de informações fornecidas pelos candidatos à Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81/22.

Destaca-se, ainda, que, conforme declarações fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do Conselho de Administração, os Srs. Marcio Del Nero e Rogério Chor, candidatos a membro efetivos, e Ury Rabinovitz e Guili Chor, candidatos a membros suplentes, enquadram-se nos critérios de independência previstos na regulamentação vigente e aplicável.

Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22, titulares de 5% do capital social da Companhia poderão solicitar que a eleição do Conselho de Administração da Companhia seja realizada pelo sistema do voto múltiplo. Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 horas em relação à Assembleia.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente.

Esclarecemos que, nos termos do art. 11, inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, as informações referentes aos candidatos encontram-se detalhadas no **Anexo II** a esta Proposta.

d. Aprovar, nos termos do §2º do artigo 17 do Estatuto Social, a indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração

Tendo em vista que o mandato dos membros do Conselho de Administração encerra-se na data da AGOE, nos termos do parágrafo 2º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, propõe-se a designação dos Srs. Rolando Mifano e Jorge Felipe Lemann como, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

e. Aprovar o limite de Remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2023

Propomos que a remuneração global dos administradores, para o exercício social de 2023, seja de até R\$ 14.593.450,00, dos quais R\$ 1.122.000,00 destina-se aos honorários do Conselho de Administração e R\$ 13.471.450,00 à remuneração da Diretoria Estatutária, incluídos neste valor os benefícios e o valor justo das opções de compra e ações restritas a serem concedidas em 2023.

A Companhia esclarece, todavia, que não estão incluídos neste valor encargos como nos últimos exercícios sociais. Conforme entendimento do Colegiado no Processo nº 19957.007457/2018-10, incluído no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/21, a remuneração global dos administradores deve estar líquida dos encargos sociais de ônus do empregador, que não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o art. 152 da Lei nº 6.404/76. Para efeito comparativo da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informou o valor dos encargos e a remuneração total no **Anexo III** a esta Proposta, no item 8.20.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 13 da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se dispostas no **Anexo III** a esta Proposta, notadamente nos itens 1 a 4.

Informamos, ainda, que na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2022, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) no valor de R\$ 23.454.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 16.756.454,33. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente realizado decorre do não atingimento da remuneração variável máxima prevista para os administradores em função de metas da Companhia e individuais não cumpridas.

Para fins do valor acima proposto, nos termos da orientação da CVM, conforme entendimento exarado pelo Colegiado em reunião realizada em 10.03.2015 (Processo CVM nº RJ2014/6629), e não obstante

o entendimento da Companhia de se tratarem as opções de compra de outorgas e as concessões de ações restritas a seus colaboradores de mecanismos de retenção, consideramos, no limite acima exposto, os (i) os valores relativos ao reconhecimento contábil de outorgas de opções e da concessões de ações restritas no âmbito do Plano de Opção de Compra e do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia, além dos (ii) encargos sociais arcados pela Companhia relativos à remuneração dos Administradores.

As informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2022, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores e o valor justo das opções de compra de ações objeto de outorga e das ações restritas objeto de concessão pela Companhia durante o exercício de 2022, bem como quaisquer benefícios incorridos ou suportados pela Companhia, diretos ou indiretos. Os valores propostos para remuneração de 2023 incluem a remuneração fixa e variável dos administradores e o valor justo das opções de compra de ações objeto de outorga e das ações restritas objeto de concessão pela Companhia durante o exercício de 2023, mas não reconhecem valores referentes a outorgas e concessões realizadas em anos anteriores, que são reconhecidas contabilmente apenas e decorrem de Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Remuneração Baseado em Ações previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de março de 2023.

A Administração

ANEXO I – Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia acredita que tem condições financeiras e patrimoniais para suportar o crescimento e cumprir com suas obrigações nos próximos anos.

Ao final de 2022 a São Carlos tinha R\$ 197,2 milhões em caixa e aplicações financeiras, e uma dívida líquida de R\$ 1.736,7 milhões. A posição de caixa em dezembro de 2022 foi impactada principalmente por (i) R\$ 718,1 milhões de captação de novos financiamentos, (ii) R\$ 54,0 milhões em aquisições de imóveis (Ed. Leblon Green); (iii) R\$ 64,5 milhões em investimentos no portfólio; (iv) R\$ 98,1 milhões recebidos pela venda de imóveis (8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas em Araxá-MG, União da Vitória-PR, Toledo-PR, Uberlândia-MG, Uberaba-MG, Bauru-SP, São José do Rio Preto-SP, Cassilândia-MS e 1 centro de conveniência stand-alone em Jaú-SP) ; (iii) R\$ 569,5 milhões de amortização de dívidas; e (v) R\$ 230,6 milhões de geração de caixa líquido das operações. Em linha com a estratégia da Companhia de reciclar ativos consolidados, realizamos no ano a venda de 8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas no montante de R\$ 91,4 milhões. Adicionalmente, vendemos um empreendimento da Best Center stand-alone (locado para um único locatário) por R\$ 6,7 milhões. O caixa gerado pelas vendas contribuiu para a liquidação antecipada de dívidas de curto prazo e custo elevado no montante de R\$ 115 milhões. Finalizamos o ano com custo médio nominal de dívida de 12,3% ao ano, equivalente a 89,1% da taxa Selic de dezembro de 2022. O prazo médio dos financiamentos no final de 2022 foi de 8,6 anos e a alavancagem da companhia medida pela dívida líquida sobre o valor do portfólio foi de 31,5%.

A Companhia segue sua estratégia de gestão ativa de edifícios corporativos de alto padrão, centros de conveniência e prédios residenciais para renda, com foco nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A São Carlos está pronta para aproveitar as oportunidades de negócio tanto de compra quanto de venda de imóveis comerciais, considerando os ciclos do mercado imobiliário.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da São Carlos é calculada pelo índice de estrutura de capital chamado 'Participação do Capital de Terceiros', dividindo o capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo capital próprio da Companhia (saldo do patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial). Este índice passou de 1,21x em 2021 para 1,37x em 2022, no final de cada período respectivo.

Composição do Capital	2022	%	2021* ¹	%
Capital Próprio (R\$ milhões)	1.487,30	42,3%	1.561,90	45,3%
Terceiros (R\$ milhões)	2.032,10	57,7%	1.882,40	54,7%
Total (R\$ milhões)	3.519,40	100,0%	3.444,30	100,0%
Índice	1,37		1,21	

No final de 2022, o capital social da São Carlos era representado por 57.737.319 ações ordinárias.

¹ Foram identificados em 2022, ajustes de exercícios anteriores relacionados a Redução do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment), nas Companhias Controladas pela São Carlos relacionadas ao segmento Office, no montante de R\$14,9 milhões (R\$4 milhões se referem a 2021 e R\$10,9 milhões a exercícios anteriores). A referida correção afetou as contas de "Investimentos em Controladas e Coligadas" na companhia Controladora e "Imóveis Destinados a venda e Patrimônio Líquido" nas companhias Controladas em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, acreditamos que temos recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso venha a ser necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Dívida Líquida sobre EBITDA	2022	2021
EBITDA recorrente (R\$ milhões)	206,8	198,1
Dívida Líquida (R\$ milhões)	1.736,7	1.693,6
Índice	8,4	8,5

Cobertura de Juros	2022	2021
EBITDA recorrente (R\$ milhões)	206,9	198,1
Juros e atualização monetária sobre os empréstimos e financiamentos (R\$ milhões)	202,9	99,0
Índice	1,0	2,0

Nota: O EBITDA recorrente contempla somente os resultados da atividade de locação.

O índice dívida líquida sobre EBITDA recorrente, passou de 8,5x em 2021 para 8,4x no final de 2022. O índice Cobertura de Juros, que calculamos através da divisão do EBITDA recorrente do período sobre as despesas de Juros e atualização monetária sobre os empréstimos e financiamentos no período, passou de 2,0x em 2021 para 1,0x em 2022.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia não necessita de financiamento para capital de giro devido à estratégia com que conduz suas operações e à gestão conservadora que adota em relação ao seu caixa, e não tomou nenhum financiamento com este fim no último ano. A Companhia contrata financiamentos somente e especificamente para a aquisição e investimentos em imóveis, sempre com prazo longo e principalmente junto a bancos comerciais de grande porte tais como Itaú, Bradesco e Santander.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A diretoria entende que a Companhia não tem deficiências de liquidez, devido à estratégia com que conduz suas operações e à gestão conservadora que adota em relação ao seu caixa. Se este tipo de financiamento for necessário no futuro, a administração da Companhia avaliará as alternativas disponíveis na ocasião, no mercado de crédito brasileiro.

A principal fonte de financiamento que a Companhia tem utilizado vem de recursos bancários. A Companhia tem analisado financiamentos através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ligados principalmente à variação do DI ou à índices de inflação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia tem contratado financiamentos para fins específicos de aquisição de imóveis, junto a bancos comerciais, com prazo longo e custo atrelado à TR – taxa referencial, poupança, CDI e IPCA. As garantias sobre estes financiamentos normalmente são: a hipoteca ou a alienação fiduciária do imóvel adquirido, os recebíveis de locação do imóvel adquirido e o aval da São Carlos, no caso de financiamentos contraídos por suas subsidiárias. Não há créditos prioritários nem subordinação entre as dívidas citadas.

Alguns dos nossos contratos de financiamento possuem cláusula com restrições impostas à Companhia pelos bancos credores (covenants). A obrigação corresponde a manutenção do saldo devedor da dívida inferior a 70% do valor de avaliação do imóvel dado em garantia. Adicionalmente, os contratos de financiamento possuem restrições quanto a alienação de controle e vendas de ativos que possuem alienação fiduciária ou hipoteca. Em 31 de dezembro de 2022, esta relação estava abaixo de 70% para todos os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas subsidiárias.

Ao final de 2022, as obrigações contratuais foram todos atendidos.

Segue abaixo a tabela de todos os financiamentos, características e saldos em aberto ao final de dezembro de 2022.

Empréstimos	Vencimento	Prazo (anos)	Indexador	Cupom (% a.a.)	Saldo em 2022 (R\$ MM)	Saldo em 2021 (R\$ MM)	Garantias	# Imóveis em garantia
Aquisição - Pernambucanas (ponte)	15/mar/22	0,2	CDI	1,10%	-	313,7		
Capital de giro	08/set/22	1,7	CDI	1,50%	-	60,3		
CCB- Capital de giro	01/set/23	2,7	CDI	1,50%	-	90,4		
Investimentos no portfólio – CRI 295	16/dez/23	2	IPCA	5,50%	76,4	71,5	Alienação Fiduciária	2
Aquisição de Centros de Conveniência	28/ago/24	2,7	IPCA	6,50%	11,4	17,3	Alienação e Cessão Fiduciária de Recebíveis	1
Aquisição de Centros de Conveniência	28/ago/24	2,7	IPCA	6,30%	3	4,5	Alienação e Cessão Fiduciária de Recebíveis	10
CRI - Investimentos no portfólio – CRI 307	18/mar/26	4,4	CDI	102,0% do CDI	149,7	147,8	Alienação Fiduciária	1
Aquisição Morumbi Office Tower	26/mar/29	7,2	TR	9,20%	37,7	39,4	Alienação Fiduciária	1
Aquisição - Pátio Cotia	26/mar/29	7,2	TR	9,20%	18,8	20,4	Alienação Fiduciária e Aval	2
CRI 50 – investimentos no portfólio	17/set/29	6,7	IPCA	7,40%	293	-	Sem garantias	0
Aq. - Torre A EZ Towers	15/ago/30	9,5	TR	8,90%	298,8	300,6	Alienação e Cessão Fiduciária	1
Debênture SCSA - investimentos no portfólio (série I e II)	25/out/31	9,8	CDI	1,10%	329,7	351,1	Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária de Recebíveis	4
Aquisição – Alameda Santos 2477 ¹	05/jan/32	9	TR	9,30%	42,1	-	Alienação Fiduciária	1
Aquisição – São Paulo – Panamby ¹	05/jan/32	9	TR	9,10%	25	-	Alienação Fiduciária e Aval	2
Financiamento de obras - Alameda Santos 2477	11/fev/32	9,1	Poupança	3,00%	3,6	-	Alienação Fiduciária	1
CRI - Aquisição – Lojas de Rua (Pernambucanas)	20/abr/32	9,3	IPCA	6,70%	101,1	-	Alienação Fiduciária, Cessão Fiduciária e Aval	20
Aquisição – Leblon Green ¹	20/mar/32	9,4	TR	9,80%	51,2	-	Alienação Fiduciária	1
Aquisição - Jardim das Perdizes	15/mar/34	12,2	CDI	1,10%	20,6	20,4	Alienação Fiduciária e Aval	1
CRI 216 - Investimentos no portfólio	21/jun/34	12,5	CDI	1,10%	200,3	199,8	Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária Recebíveis	1
Aquisição - GO850	01/jul/36	14,8	Poupança	3,20%	97,9	99,1	Alienação e Cessão Fiduciária	1
Aquisição Paulista Office Park	15/dez/36	15	Poupança	3,20%	65	65,5	Alienação e Cessão Fiduciária	1
Aquisição – Lojas de Rua (Pernambucanas) ¹	20/abr/37	14,3	TR	9,00%	119,7	-	Alienação Fiduciária, Cessão Fiduciária e Aval	13
Total					1.945,00	1.801,80		

¹ Financiamentos com estrutura de taxa de juros variável conforme a Selic. Se Selic for superior a 8,5% ao ano, as taxas de juros estão limitadas aos % descritos em cada financiamento. Se a Selic for inferior a 8,5%, a taxa de juros é reduzida entre 0,4% e 1,9% a depender da redução da Selic.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nenhum financiamento em aberto atualmente na Companhia possui limites de utilização.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Seguem os demonstrativos de resultados contábeis (incluindo os ganhos realizados com vendas de imóveis).

	01.01.2022 a 31.12.2022	01.01.2021 a 31.12.2021
		Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		
Receita com locações	287.154	276.661
Custo das locações	(69.277)	(54.446)
Resultado bruto nas locações	217.877	222.215
Venda de imóveis	97.989	11.401
Custo dos imóveis vendidos	(82.363)	(3.266)
Resultado bruto na venda de imóveis	15.626	8.135
LUCRO BRUTO	233.503	230.350
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(46.110)	(50.862)
Despesas comerciais	(38.251)	(30.207)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	805	2.442
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	149.947	151.723
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	23.773	16.384
Despesas financeiras	(231.524)	(114.616)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(57.804)	53.491
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(25.170)	(24.511)
Diferidos	48	1.400
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(82.926)	30.380
ATRIBUÍDO A		
Acionistas da Companhia	(80.236)	30.441
Acionistas não controladores	(2.690)	(61)

Receita Líquida

Em 2022, a receita líquida recorrente totalizou R\$ 287,2 milhões, um incremento de 3,8% em relação a 2021, impulsionada principalmente pelo crescimento da receita da unidade de negócios Best Center que cresceu 64,6% em 2022, em função do crescimento da receita com a venda de imóveis que totalizou R\$97,9 milhões.

Custo dos Imóveis Vendidos

Em 2022, o custo dos imóveis vendidos corresponde as vendas de 8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas (Araxá-MG, União da Vitória-PR, Toledo-PR, Uberlândia-MG, Uberaba-MG, Bauru-SP, São José do Rio Preto-SP, Cassilândia-MS) e 1 centro de conveniência stand-alone em Jaú-SP.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Companhia, aumentaram 4,1% em relação ao ano anterior, explicada pelo aumento nas despesas com áreas vagas em função da maior vacância no portfólio.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2022 foi de -R\$ 207,7 milhões contra -R\$ 98,2 milhões em 2021, um aumento de 111,5%, impactado pelos novos financiamentos contratados para as aquisições realizadas nos últimos 12 meses e pelo aumento da taxa de juros no período.

Impostos sobre Lucro

No ano de 2022, a rubrica de impostos sobre lucro atingiu R\$25,1 milhões, representando um aumento de 8,7% em relação a 2021. Esse aumento ocorreu em função do ganho de capital apurado na venda de imóveis no período.

Lucro (prejuízo) Líquido

No ano de 2022, tivemos um prejuízo de R\$ 82,9 milhões, explicado pelas maiores despesas financeiras no período.

Seguem os demonstrativos de fluxo de caixa.

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(82.926)	30.380
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.254)	(796)
Depreciações e amortizações	61.320	50.426
Perda por desvalorização de ativos	7.957	4.020
Dividendos prescritos	93	-
Reconhecimento do plano de opção de ações	2.725	3.017
Resultado na alienação de investimentos	18.753	(8.237)
Atualizações financeiras	-	596
Imposto de renda e contribuição social	26.401	24.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48)	(1.400)
Reversão de atualização de provisão para riscos tributários	(1.579)	(4.517)
Efeito de participação de acionistas não controladores	(4.169)	5.354
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	202.918	99.073
Caixa gerado nas operações	230.191	202.427
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(80.872)	(5.069)
Valores a receber de partes relacionadas	(2.509)	1.478
Depósitos judiciais	(3.143)	346
Impostos a recuperar	68	1.128
Imóveis destinados à venda	30.453	3.266
Despesas antecipadas e outros créditos	(5.696)	7.104
Variação nos passivos operacionais:		
Salários e encargos sociais	(10.082)	12.056
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.025	(1.090)
Impostos, taxas e contribuições	785	1.227
Impostos diferidos	(56)	(689)
Adiantamento de clientes	13.587	212
Contas a pagar por compra de imóveis	(6.104)	3.312
Outras contas a pagar	11.166	3.411
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.846)	(25.711)
Pagamento de encargos financeiros	(208.350)	(84.024)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(274.574)	(83.043)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(44.383)	119.384
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas	-	(5.000)
Aumento de capital	1.302	360
Aplicações financeiras	(89.356)	(61.771)
Recebimento obtido na realização de imóveis destinados a venda	100.072	16.076
Aquisições de bens de propriedades para investimento, imobilizado e intangível	(118.695)	(773.752)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(106.677)	(824.087)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos principal	(569.536)	(192.942)
Captação de empréstimos	718.126	541.167
Venda de ações próprias	8.489	8.486
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(8.184)	(20.742)
Aquisição de ações próprias	(1.464)	(22.426)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	147.431	313.543
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.629)	(391.160)
Caixa e equivalentes de caixa – inicial	22.068	413.228
Caixa e equivalentes de caixa – final	18.439	22.068

Fluxo de Caixa

No período de 2022, a redução do saldo de caixa e equivalentes foi de R\$3,6 milhões.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Em 2022, o caixa gerado nas operações totalizou R\$230,1 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação a 2021. Este aumento ocorreu em função da venda de imóveis no período. A

variação nos ativos e passivos operacionais totalizaram -R\$274,5 milhões, resultando em um caixa aplicado nas atividades operacionais de -R\$44,4 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No ano de 2022, o fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou R\$106,7 milhões, uma redução de 87,7% em relação a 2021. Esta variação é em decorrência de uma menor atividade de aquisições e a realização de venda de ativos imobiliários.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$147,4 milhões, uma redução de 53,0% em relação ao ano anterior. No ano, foram realizados o pagamento de R\$569,5 milhões de principal dos empréstimos e a captação de R\$718,1 milhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, o lucro da Companhia foi impactado pelo aumento das despesas financeiras decorrente de financiamentos captados para novas aquisições realizadas nos últimos 12 meses e também pelo aumento das taxas de juros. O prejuízo líquido atribuível aos acionistas atingiu R\$ 80,2 milhões no ano. Por outro lado, o EBITDA consolidado alcançou R\$ 221,9 milhões, um aumento de 7,6% em comparação com o ano anterior.

Desconsiderando os efeitos da venda de imóveis e outros eventos considerados não recorrentes, verificamos que:

(a) Em 2022, o prejuízo líquido recorrente foi de R\$ 72,6 milhões (-374% vs .2021).

(b) o FFO recorrente (funds from operations) passou de R\$ 76,9 milhões em 2021 e para -R\$ 11,3 milhões em 2022 (-115%).

(c) o lucro operacional (EBITDA Recorrente) passou de R\$ 198,1 milhões em 2021 para R\$ 206,8 milhões em 2022 (+4% vs. 2021).

R\$ milhões	2022	2021 ²	2022 vs. 2021
(+) Lucro Líquido Recorrente	-72,6	26,5	-374,0%
(+) Depreciação	61,3	50,4	21,6%
(=) FFO Recorrente	-11,3	76,9	-114,7%
(+) Acionistas não Controladores	-2,7	-0,1	2600,0%
(+) Impostos (IR e CSLL)	16,8	23,0	-27,0%
(+) Equivalência Patrimonial	-	-	-
(+) Resultado Financeiro	204,0	98,2	107,5%
(=) EBITDA Recorrente	206,8	198,1	4,4%

2022

Em 2022, reciclamos diversos ativos, ratificando nosso diferencial de um modelo de negócio com capacidade de realizar investimentos com rentabilidade elevada e geração de valor com vendas acima do valor de avaliação. As aquisições de ativos realizadas em anos anteriores potencializaram as

² Foram identificados em 2022, ajustes de exercícios anteriores relacionados a Redução do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment), nas Companhias Controladas pela São Carlos relacionadas ao segmento Office, no montante de R\$14,9 milhões (R\$4 milhões se referem a 2021 e R\$10,9 milhões a exercícios anteriores). A referida correção afetou as contas de “Investimentos em Controladas e Coligadas” na companhia Controladora e “Imóveis Destinados a venda e Patrimônio Líquido” nas companhias Controladas em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas.

oportunidades de crescimento e adicionaram diversificação ao nosso portfólio, seja com novos produtos, serviços ou clientes. Realizamos a venda de 8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas no montante de R\$ 91,4 milhões, valor superior ao NAV (Net Asset Value) em 12% e ao valor de aquisição em 18%, e cap rate médio de 7,0%, correspondendo a um retorno sobre o equity investido (ROE) de 74,5%. Adicionalmente, vendemos um empreendimento da Best Center stand-alone (locado para um único locatário) por R\$ 6,7 milhões, em linha com o NAV.

O combate a vacância foi também uma prioridade para a São Carlos, sendo que o portfólio encerrou o ano com 18,2% de vacância física. Em 2022, celebramos contratos de locação que totalizaram 44,2 mil m² de ABL.

Os ganhos de eficiência na nossa operação, tais como digitalização de processos internos e automação do controle dos consumos de energia e água nos condomínios, e a redução da vacância do portfólio, permitiram uma redução nas despesas da Companhia. Como consequência, o EBITDA alcançou R\$ 206,8 milhões, um crescimento de 4,4% em comparação com 2021, e margem atingiu 72,1% no ano.

Em Office, expandimos a oferta de unidades FlexOffice para atender à crescente demanda por espaços corporativos mobiliados e com serviços. A utilização de tecnologia no atendimento aos nossos clientes tem contribuído para a captura de demandas de locação de novos espaços corporativos. No segmento, os novos contratos de locação totalizaram 38,6 mil m² de ABL no ano.

Na Best Center, identificamos liquidez e apetite de investidores locais pelas lojas de rua locadas para a Lojas Pernambucanas e realizamos a venda de oito lojas no ano. A plataforma Best Center apresentou uma performance financeira expressiva com crescimento de receita e EBITDA de 67,0% e 80,3%, e rentabilidade elevada com margem NOI e EBITDA de 94,1% e 76,3%, respectivamente.

Na SC Living, seguimos no processo de locação do Edifício GO850, cuja demanda e preço médio de locação têm se mostrado em linha com o nosso plano de negócios para o empreendimento. Adicionalmente, estamos avaliando a conversão de prédios corporativos do portfólio em empreendimentos residenciais, em especial no centro do Rio de Janeiro.

O caixa gerado pelas vendas contribuiu para a liquidação antecipada de dívidas de curto prazo e custo elevado no montante de R\$ 115 milhões. Encerramos o ano com custo médio nominal de dívida de 12,3% ao ano, equivalente a 89,1% da taxa Selic encerrada em dezembro de 2022. A alavancagem da companhia medida pela dívida líquida sobre o valor do portfólio encerrou o ano em 31,5%.

Evoluímos em nossa governança corporativa por meio da criação do Comitê de Auditoria, da contratação de empresa especializada de auditoria interna e a revisão e implementação de políticas, regimentos internos e códigos.

Para garantir um ambiente de trabalho seguro, acolhedor e próspero, promovemos iniciativas de suporte à diversidade, equidade e inclusão, e ampliamos a presença feminina em cargos de liderança.

Nosso portfólio foi avaliado em R\$ 5,5 bilhões, composto por 115 imóveis abrangendo 500 mil m² de ABL, dos quais 26 edifícios corporativos, 88 imóveis de varejo (centros de conveniência e lojas de rua) e 1 imóvel residencial para renda. O NAV (Net Asset Value) da Companhia encerrou ano em R\$ 3,8 bilhões, corresponde a R\$ 66,5 por ação.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita operacional da companhia vem principalmente do aluguel de imóveis comerciais do seu portfólio. A Companhia também contabiliza receita operacional pela venda de imóveis e pela prestação de serviços a terceiros, relacionados com a locação e gestão patrimonial de imóveis.

2022 x 2021

Em 2022, as receitas com vendas de imóveis totalizaram R\$ 97,9 milhões, contra R\$ 11,4 milhões em 2021, um aumento de 759,5%. A nossa estratégia de reciclar imóveis tem alcançado rentabilidades elevadas. Realizamos no ano a venda de 8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas no montante de R\$ 91,4 milhões, valor superior ao NAV (Net Asset Value) em 12% e ao valor de aquisição em 18%, e cap rate médio de 7,0%, correspondendo a um retorno sobre o equity investido (ROE) de 74,5%. Adicionalmente, vendemos um empreendimento da Best Center stand-alone (locado para um único locatário) por R\$ 6,7 milhões, em linha com o NAV.

Por outro lado, as despesas financeiras avançaram 102,0% em 2022 em relação a 2021, decorrente das aquisições feitas em anos anteriores e da maior taxa de juros do período, compensado parcialmente pela melhora no desempenho operacional da Companhia. O EBITDA recorrente atingiu R\$ 206,8 milhões, um aumento de 4% quando comparado com o ano anterior. A margem EBITDA encerrou o ano em 72,1%.

No final de dezembro de 2022 a Companhia tinha um portfólio com 115 imóveis (26 edifícios corporativos, 88 imóveis de varejo entre centros de conveniência e lojas de rua e 1 residencial para renda). Os imóveis da São Carlos possuem contratos de locação com clientes considerados de primeira linha e atuantes em diversos segmentos da economia. Todos os contratos de locação de imóveis da Companhia são reajustados anualmente pela inflação (sendo o índice IGP-M adotado em aproximadamente 95% dos contratos).

O valor do aluguel dos nossos centros de conveniência é calculado na forma de um percentual do faturamento mensal do ocupante e de um aluguel mínimo. Este valor adicional refere-se à eventual diferença entre os aluguéis pagos pelo inquilino ao longo do ano e um aluguel mínimo estipulado no contrato, atualizado anualmente por um índice de inflação. A variação nas receitas da Companhia vem basicamente das locações de novas áreas em propriedades adquiridas, das áreas vagas locadas, das renovações e renegociações de contrato feitas ao longo do ano e das vendas de ativos.

O custo médio da dívida passou de 7,8% no 4T21 para 12,3% no 4T22, impactado pelo aumento de 4,5 p.p na taxa Selic (2022 x 2021). A dívida líquida do 4T22 em relação ao valor do portfólio alcançou 31,5%.

c. impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos de locação de imóveis da Companhia são corrigidos anualmente pela inflação, através principalmente do índice IGP-M.

No final do ano de 2022, os financiamentos corrigidos pela TR (Taxa Referencial) representaram 15% dos contratos, 36% atrelados ao CDI, 25% indexados pelo IPCA e 24% pela Poupança.

Os custos e despesas da Companhia não sofreram impactos significativos decorrentes da inflação entre 2021 e 2022. Ainda, a Companhia possui 100% de seu endividamento e receita em reais e, portanto, os resultados não foram afetados por flutuações de câmbio.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia e nos métodos de cálculo utilizados nos anos de 2021 e 2022.

Vale ressaltar que durante o exercício de 2022, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados ao reconhecimento do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment) nas companhias controladas pela São Carlos relacionadas ao segmento Office, no montante de R\$14,9 milhões (R\$4 milhões se referem a 2021 e R\$10,9 milhões a exercícios anteriores). O referido ajuste afetou as contas de “Investimentos em Controladas e Coligadas” na companhia Controladora e “Imóveis Destinados a venda e Patrimônio Líquido” nas companhias Controladas em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. Nos pareceres dos auditores de 2022 e 2021 consta parágrafo de ênfase acerca das demonstrações contábeis individuais que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Não há ressalvas do auditor em função desse assunto.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2022, não houve introdução de nova linha de negócio. Assim, a Companhia permaneceu nos segmentos Office, Varejo e Residencial.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2022

Em 2022 não foi constituída ou alienada nenhuma subsidiária da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

As transações de venda de imóveis fazem parte das operações normais da Companhia. Nas divulgações de resultado, a Companhia publica os efeitos destes e outros eventos não recorrentes, para permitir aos interessados melhor visibilidade e comparação dos resultados nas operações usuais da Companhia.

2022

Em linha com a estratégia da Companhia de reciclar ativos consolidados, realizamos no ano a venda de 8 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas (Araxá-MG, União da Vitória-PR, Toledo-PR, Uberlândia-MG, Uberaba-MG, Bauru-SP, São José do Rio Preto-SP, Cassilândia-MS) no montante de R\$ 91,4 milhões. Adicionalmente, vendemos um empreendimento da Best Center stand-alone em Jaú-SP (locado para um único locatário) por R\$ 6,7 milhões.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

R\$ mil	2022	2021
EBITDA recorrente	206.800	198.100
Margem EBITDA (%)	72,1%	71,6%
FFO (Funds from operations)	-11.300	76.900
Margem FFO (%)	-3,9%	27,8%
FFO/ação (R\$/ação)	-0,20	1,33
Lucro líquido recorrente	72.634	26.470
Margem líquida ajustada (%)	-25,3%	9,6%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ mil	IFRS	Ajustes	2022
Receita líquida	385.143	-98.134	287.009
Despesas gerais e administrativas	-84.361	3.187	-81.174
Outras receitas operacionais	805	172	977
EBITDA Recorrente			206.800
Margem EBITDA Recorrente			72,1%
Lucro Líquido	-80.236		-80.236
Efeito das vendas de imóveis		-98.060	-98.060
Lucro líquido recorrente			-72.634
Margem Líquida recorrente			-25,3%
Lucro líquido	-80.236	7.602	-72.634
Depreciação		61.320	61.320
FFO (funds from operations)			-11.300
Margem FFO			-3,9%
FFO/ação			-0,2

R\$ mil	IFRS	Ajustes	2021
Receita líquida	288.062	-11.401	276.661
Despesas gerais e administrativas	-81.069	68	-81.001
Outras receitas operacionais	2.442		2.442
EBITDA Recorrente			198.100
Margem EBITDA Recorrente			71,6%
Lucro líquido	30.441		30.441
Efeito das vendas de imóveis		-11.503	-11.503
Lucro líquido recorrente			26.470
Margem Líquida recorrente			9,6%
Lucro líquido	30.441	-3.971	26.470
Depreciação		50.426	50.426
FFO (funds from operations)			76.900
Margem FFO			27,8%
FFO/ação			1,33

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, impostos (IR/CSLL), depreciação e amortização. Para o cálculo do EBITDA Recorrente utilizado pela Companhia, foram também excluídos os efeitos de eventos não recorrentes à operação da Companhia tais como a venda de ativos. O EBITDA Recorrente não é uma medida contábil de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Recorrente não deve ser considerado como recursos disponíveis para

dividendos. Deve ser utilizado como uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia.

No entanto, a Companhia entende que o EBITDA Recorrente é um indicador útil e importante para avaliar o resultado gerado a partir das operações – locação de imóveis – sem a influência da estrutura de capital, efeitos tributários e outros impactos contábeis que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa. Além disso, permite a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-los de maneira distinta. Calculamos a Margem EBITDA Recorrente dividindo o EBITDA Recorrente pela Receita Líquida Recorrente.

A Companhia reconhece, entretanto, que o EBITDA Recorrente pode apresentar limitações, em razão de não considerar determinados fatores, tais como a venda de ativos, que apesar de não ser uma atividade recorrente, pode afetar de maneira significativa o lucro líquido da Companhia. Desta forma, é recomendado que os indicadores de desempenho sejam sempre analisados em conjunto.

A partir dos demonstrativos financeiros do ano de 2012, a Companhia passou a divulgar também o EBITDA conforme determinado pela instrução nº 527/12 da CVM.

O FFO (Funds From Operations) é calculado utilizando-se o lucro líquido do exercício, ajustado para incluir as despesas com depreciações/amortizações e excluir os efeitos de eventos extraordinários contabilizados no período, considerados não recorrentes, se houver. Calculamos a Margem FFO (%) dividindo o FFO pela Receita Líquida Recorrente da Companhia no período, e calculamos o FFO da Ação dividindo o FFO pelo número de ações, ex-tesouraria, ao final do período.

O FFO não possui significado padronizado e a definição de FFO utilizada pela Companhia pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. A Companhia entende que a utilização do FFO como medida de desempenho é aceitável para estimar sua geração de caixa recorrente, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. No entanto, a Companhia também entende que o FFO apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de desempenho da Companhia, em razão de não considerar determinados fatores, que poderiam afetar, de maneira significativa, a geração de caixa na operação da Companhia.

O Lucro Líquido Recorrente é calculado utilizando-se o lucro líquido do exercício, ajustado para excluir os efeitos de eventos extraordinários contabilizados no período, considerados não recorrentes, se houverem. Calculamos a Margem Líquida Recorrente (%) dividindo o Lucro Líquido Recorrente pela Receita Líquida Recorrente da Companhia no período. O Lucro Líquido Recorrente não é uma medida de acordo com BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O Lucro Líquido Recorrente não possui significado padronizado e a definição de Lucro Líquido Recorrente utilizado pela Companhia pode não ser comparável aquelas utilizadas por outras empresas.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente¹.

Em 10 de janeiro de 2023, a subsidiária A.C.B.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. celebrou a Escritura Pública de Venda e Compra pela qual alienou o Imóvel localizado na Rua Américo Brasiliense, nº 1852 e 1854 Chácara Santo Antonio na cidade de São Paulo/SP, pelo valor de R\$2,4 milhões.

Em 24 de janeiro de 2023, a subsidiária Best Center SLB Empreendimentos e Participações S.A. celebrou a Escritura Pública de Venda e Compra pela qual alienou o Imóvel localizado na Avenida XV de Novembro, nº 594, na cidade de Cornélio Procopio/PR, pelo valor de R\$5,1 milhões.

Em 17 de fevereiro de 2023, a subsidiária 253 Empreendimentos e Participações Ltda. obteve decisão favorável em seu pedido administrativo à Receita Federal de restituição de IRPJ e CSLL no montante de R\$21,4 milhões.

Em 28 de fevereiro de 2023, a subsidiária Top Center Empreendimentos e Participações Ltda. celebrou a Escritura Pública de Compra e Venda através da qual alienou a totalidade do Edifício Jardim Europa (Imóvel) localizado na Avenida 9 de Julho, nº 5229 na cidade de São Paulo/SP, pelo valor de R\$150 milhões, tendo recebido até a data R\$25 milhões e o saldo será recebido em 23 parcelas mensais corrigidas pelo INCC.

Em 06 de março de 2023, a subsidiária Best Center SLB Empreendimentos e Participações S.A. celebrou a Escritura Pública de Compra e Venda através da qual alienou a loja de rua localizada na cidade de Campo Grande/MS, pelo valor de R\$8,1 milhões.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

No último exercício social da Empresa, nos termos do artigo 196 Lei 6404/76 (Lei das SA), a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista no orçamento de capital, previamente aprovado pelos órgãos da administração.

b. regras sobre distribuição de dividendos

No exercício encerrado em 31/12/2022, o estatuto social da Companhia determinou a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício a título de proventos. Contudo, não houve qualquer distribuição, pois a companhia apresentou prejuízo.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

No último exercício social da Companhia, os dividendos são distribuídos conforme deliberado na AGO de acionistas da Companhia, com periodicidade anual ou semestral que pode ser feito através do pagamento de dividendo ou JCP.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No último exercício social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício deve ser aplicado na constituição de reserva legal, conforme artigo 193 da Lei 6404/76 (Lei das

SA). Não há nenhuma restrição a pagamento de dividendos motivados por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Empresa não tem uma política de destinação de resultados e aplica a regra de distribuição mínima de 25% do lucro do exercício, conforme determinado pela regulamentação.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecerem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 2022, não existiam ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia que não foram registrados em suas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativo ou passivo material que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia não possui ativo ou passivo material que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2023, a Companhia programou os seguintes investimentos: (a) R\$ 15 milhões em retrofit de imóveis (Office e SC Living); (b) R\$ 17 milhões em melhorias e renovações nos imóveis do portfólio e (c) R\$ 9 milhões no desenvolvimento de centros de conveniência.

Em 2022, a Companhia investiu R\$118,5 milhões, sendo R\$95,3 milhões referentes à aquisição de ativos e manutenção de imóveis do segmento Office, R\$16 milhões investidos referentes à aquisição de ativos e desenvolvimento de centros de conveniência e R\$7,1 milhões investidos na melhoria do imóvel residencial para renda (SC Living). No ano, foram feitos desinvestimentos de R\$100,5 milhões em imóveis da Best Center.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

d. oportunidades inseridas no plano de negócio do emissor relacionadas às questões ESG

A sustentabilidade é um elemento central do modelo de negócios da São Carlos, tanto pela nossa responsabilidade na preservação do meio-ambiente e na promoção do bem-estar social, como pelo impacto direto nos nossos resultados. Investimentos na modernização da infraestrutura e na implantação de tecnologias sustentáveis, bem como a adoção das melhores práticas na operação dos imóveis são partes fundamentais do modelo de negócios da Companhia.

A Companhia investe em práticas que permitem a obtenção da certificação Green Building, da certificadora internacional LEED, e é pioneira no ramo de empreendimentos sustentáveis no Brasil. A São Carlos busca conciliar a diminuição dos impactos ambientais com a redução dos custos operacionais. É importante ressaltar que a São Carlos é líder na execução de *retrofits* no Brasil. Assim,

a maioria dos nossos investimentos é voltada para o que há de mais sustentável e ambientalmente responsável no mercado imobiliário: o reaproveitamento de imóveis existentes.

Na frente de Governança, avançamos com a implementação de novos processos, definição de novas políticas internas, e investimos em tecnologia para aprimorar nosso ambiente de controles internos. Aumentamos o número de membros independentes no Conselho de Administração (50% dos conselheiros são independentes, incluindo os suplentes), implementamos o Comitê de Auditoria, adequamos o nosso Estatuto Social, ampliando a qualidade da nossa governança corporativa.

Na frente Social, aumentamos a nossa atenção à diversidade, com iniciativas que incluem o desenvolvimento de um programa inclusão, com o intuito de criar um ambiente de trabalho mais plural, respeitoso e que fomenta o debate construtivo tanto para o nosso negócio, quanto para a sociedade. Atualmente, 40% da diretoria executiva, 42% dos cargos de liderança e 50% dos colaboradores da São Carlos são do sexo feminino.

Em 2023, deveremos continuar a aplicação das melhores práticas de ESG, garantindo um ambiente de trabalho seguro, acolhedor e próspero, promovendo iniciativas de suporte à diversidade, equidade e inclusão.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia já foram identificados e comentados nos demais itens desta seção, sendo assim, não há outros fatores a comentar.

ANEXO II – Informações Relativas a Candidatos a Membros do Conselho de Administração (CA)

7.3 Composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal

Nome	CPF	Nascimento	Profissão	Orgão da Adm	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Nº mandatos	Data do primeiro mandato	Outros cargos
Rolando Mifano	196.261.858-72	08/06/1947	Administrador	Conselho de Administração	Presidente do CA	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Sim	14	5 de julho de 1999	Não exerce
Jorge Felipe Lemmann	011.176.347-95	24/08/1971	Empresário	Conselho de Administração	Vice-Presidente do CA	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Sim	14	27 de abril de 2006	Não exerce
Marc Lemann	700.800.181-90	06/09/1991	Economista	Conselho de Administração	Conselheiro	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Sim	3	30 de abril de 2020	Não exerce
Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles	328.027.258-07	10/07/1993	Administrador	Conselho de Administração	Conselheiro	28/04/2022	02/05/2023	1 ano	Sim	1	29 de abril de 2022	Não exerce
Marcio Del Nero	089.270.418-79	15/08/1970	Administrador	Conselho de Administração	Conselheiro Independente	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Não	3	30 de abril de 2020	Não exerce
Rogério Chor	599.753.857-53	13/10/1959	Engenheiro	Conselho de Administração	Conselheiro Independente	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Não	2	30 de abril de 2021	Não exerce
Ury Rabinovitz	545.346.315-53	27/02/1971	Administrador	Conselho de Administração	Suplente (Independente)	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Não	3	30 de abril de 2020	Não exerce
Guili Chor	123.644.967-30	22/12/1992	Economista	Conselho de Administração	Suplente (independente)	28/04/2023	02/05/2023	1 ano	Não	2	30 de abril de 2021	Não exerce
Veronica Deliza Pereira	419.015.668-03	08/06/1993	Economista	Conselho de Administração	Suplente	28/04/2023	02/05/2023	-	Sim	-	-	Não exerce

Currículo e eventuais impedimentos

Curriculum resumido dos candidatos ao Conselho de Administração

Rolando Mifano - O Sr. Mifano trabalhou na São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. até janeiro de 2012 como Diretor-Presidente e Presidente do Conselho da Administração, quando deixou o cargo de Diretor-Presidente, mas permanece na presidência do Conselho. Anteriormente à São Carlos, o Sr. Mifano foi Diretor de crédito imobiliário do Comind no período de 1970 a 1985, passando pelo Unibanco como Superintendente de investimentos imobiliários em 1985 e 1986. O Sr. Mifano transferiu-se para o Carrefour em 1987, onde exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento e Expansão para a América Latina até se transferir para a São Carlos. O Sr. Mifano foi Vice Presidente de Gestão Patrimonial e Locação do SECOVI (Sindicato da Habitação de São Paulo). Formou-se em Administração de Empresas pela FGV - SP e cursou os cursos de Informática aplicada a empresas no CEPIA e Informática Geral no National des Arts et Offices, ambos em Paris, França.

O Sr. Mifano não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Mifano declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Jorge Felipe Lemann - O Sr. Jorge Felipe Lemann fundou a JFL Realty e a Flow Corretora, que posteriormente fundiu as atividades com o banco múltiplo Brasil Plural. Anteriormente, trabalhou na Price Waterhouse Coopers, Célio Pelajo, Ativa S/A, Banco Matrix, Andrade Gutierrez, Unibanco Corretora e na Link CCTVM. Possui OPM da Harvard Business School.

O Sr. Jorge Felipe Lemann não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Jorge Felipe Lemann declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Marc Lemann - O Sr. Marc Lemann é socio fundador do fundo Growth Interface, que investe globalmente em empresas de capital aberto. Ele também é socio da Go4it Capital, que investe em startups inovando em esporte, entretenimento e bem-estar. Ele se formou em Economia na Columbia University em 2014.

O Sr. Marc Lemann não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marc Lemann declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles - Graduado em Administração em Babson College nos EUA (2015). Fundou em 2016 a empresa de consultoria orçamentária Altuna, e em 2017, juntou-se como sócio ao time de investimentos da Expanding Capital, fundo de Venture Capital investidor em startups de tecnologia nos EUA. Anteriormente foi fundador de duas empresas nos ramos de mídia social e procura de empregos na web, assim como foi programador na startup Rithmio.

O Sr. Christian Telles não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Christian Telles declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Rogério Chor – o Sr. Rogério Chor fundou em 1987 a CHL Incorporações. Em duas décadas, construiu e comercializou mais de 2500 unidades residenciais e comerciais e se consolidou como uma das referências do mercado imobiliário no Rio de Janeiro, ganhando diversos prêmios como Carioca do ano, da revista Veja Rio, e empresário do ano, no Destaque ADEMI. Em 2006, vendeu a CHL Incorporações. Foi presidente do colégio Liessin, da ADEMI e atualmente comanda o Fundo Patrimonial (Endowment) Rogério Jonas Zylberstajn.

O Sr. Rogério Chor não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rogério Chor declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Marcio Del Nero - Diretor de auditoria e risco e membro do comitê executivo da VR Investimentos. O Sr. Del Nero está na VR desde 2000 e lidera as equipes contábeis, fiscais, jurídicas, compliance e de back-office. É responsável por toda a auditoria interna e externa das empresas da VR e se envolveu em transações de fusões e aquisições em diversos setores, como serviços, tecnologia e finanças. O Sr. Del Nero também é responsável pela supervisão da sucessão e planejamento tributário, assuntos financeiros e gerenciamento de riscos de portfólio do Family Office - Szajman. Antes de ingressar na VR, o Sr. Del Nero trabalhou por seis anos na Ernst & Young em São Paulo, Brasil, e por dois anos na Ernst & Young em Nova York. O Sr. Del Nero é bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP e Contabilidade pelo Instituto de Educação Costa Braga.

O Sr. Marcio Del Nero não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcio Del Nero declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Ury Rabinovitz - Diretor de Finanças e Investimentos do Grupo VR, sócio e membro do Comitê Executivo da VR Investimentos, atua no Grupo VR desde 2006, conduzindo as iniciativas de investimentos e gestão do portfólio do Grupo. É membro do Conselho de Administração da Bemol S/A desde 2018. É membro do Conselho Fiscal da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes) desde 2018. Foi membro do Comitê de Investimentos da EBricks Ventures entre 2014 e 2019 e é membro do Comitê de Investimentos do Arlon Latin America Partners desde 2013. De 2002 a 2006 trabalhou na Brasil Telecom S.A. como Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Internet e Diretor de Investimentos, onde liderou investimentos e supervisionou novos negócios estratégicos. Antes de ingressar na Brasil Telecom, trabalhou para a McKinsey & Company, Construtora OAS e Ernst & Young. É Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Salvador, possui MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC e MBA em Finanças pela Universidade do Texas em Austin. O Sr. Ury Rabinovitz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ury Rabinovitz declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Guili Chor – O Sr. Guili Chor é diretor da TGB empreendimentos, empresa focada no mercado imobiliário do Rio de Janeiro. Na sua gestão, a TGB adquiriu e administra diversos empreendimentos comerciais, incluindo concessões de todos os espaços comerciais de várias estações de trem da SuperVia, como a Central do Brasil. Atua também na compra e desenvolvimento de incorporações residenciais no modelo de permutante. Foi vice-presidente da ADEMI-RJ em 2017 e 2018 e consultor do fundo imobiliário Max Retail por 3 anos. O Sr. Guili Chor é bacharel em Economia pela Puc-Rio.

O Sr. Guili Chor não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Guili Chor declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Veronica Deliza Pereira – A Sra. Veronica faz parte da LTS Investments, tendo dedicado a maior parte de sua carreira a investimentos globais em empresas de capital aberto. Teve passagens pela Point Break Capital Management e J.P. Morgan. É atualmente conselheira do Grupo 3778. Se formou em Economia na FGV-EESP em 2015.

A Sra. Veronica não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sra. Veronica declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Nota: Podemos afirmar que as empresas AMBEV S.A., Anheuser-Busch InBev S.A. SA/NV, Americanas S.A. e Restaurant Brands International Inc, mencionadas na experiência profissional de alguns administradores são indiretamente controladas por certos integrantes do grupo que controla o emissor.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável, ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

A diretoria da Companhia entende que não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; o controlador direto ou indireto da Companhia; e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO III – Remuneração Global dos Administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 25 de abril de 2022, política de remuneração cujo objetivo é estabelecer as diretrizes e regras que deverão ser observadas para determinar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, com o objetivo fazer com que o sistema de remuneração da Companhia promova, por meio da contratação e retenção dos melhores profissionais, uma cultura de maximização de resultados, alinhada aos interesses de seus acionistas e demais stakeholders, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis e o estatuto social da Companhia, e pode ser consultada no site de RI da Companhia (<http://ri.scsa.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A Companhia tem conhecimento que atrair e reter talentos, motivar e envolver líderes que ocupam posições estratégicas, especialmente membros para a Administração, é um desafio crítico para o sucesso. As práticas de mercado adotadas pelas principais empresas do setor são sempre referências para a definição da remuneração de executivos, além de outros elementos, alinhando o sucesso de longo prazo da Companhia às políticas de remuneração de sua administração.

Além das práticas de mercado, a estratégia e os pacotes de remuneração anual dos membros da administração são elaborados com base nas responsabilidades e escopo de cada membro, sua competência, desempenho apresentados e metas atingidas, além do seu alinhamento com as estratégias de curto e longo prazos da Companhia, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno aos acionistas.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração participa do processo decisório e são responsáveis pela avaliação de todas as definições e estratégias relacionadas à remuneração dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento.

Considerando as avaliações de desempenho individuais, realizadas anualmente, a Diretoria elabora uma proposta de remuneração que é encaminhada para deliberação do Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral de Acionistas, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A metodologia utilizada para fixação da remuneração individual dos administradores é a utilização de estudos de mercado com suporte de consultorias especializadas, tomando como base as principais empresas de setores semelhantes.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A revisão das práticas para definição da remuneração individual dos administradores é feita anualmente.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A composição da remuneração visa proporcionar aos colaboradores incentivo e motivação para que busquem sempre a melhor rentabilidade para os negócios da Companhia, resultando em um alinhamento dos interesses da Companhia com os de seus administradores.

Até 2022, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, exceto de seu Presidente, era composta por remuneração fixa e opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do plano de opção de compra de ações da Companhia.

O Presidente do Conselho de Administração, além da remuneração descrita acima, tem remuneração variável, sujeita às mesmas regras previstas para a Diretoria Estatutária.

A partir de 2023, a proposta de remuneração do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, seja composta somente por remuneração fixa.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por remuneração fixa, variável, opções de compra de ações e remuneração baseada em ações de emissão da Companhia. A parcela fixa está alinhada com a média do mercado, enquanto a remuneração variável tem caráter de longo prazo, nos termos do plano de opção de compra de ações e do plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem somente remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberação em assembleia geral.

A parcela da remuneração variável é paga anualmente e é diretamente relacionada ao atendimento das metas e objetivos ligados ao desempenho da Companhia e de cada diretor, conforme definidos pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, os ganhos decorrentes do plano de opção de compra de ações e do plano de remuneração baseada em ações apenas se verificam caso as ações de emissão da Companhia valorizem-se no mercado no horizonte de longo prazo, de maneira que os participantes lucrem com a venda de tais ações na medida em que sua cotação supere, no momento da venda, o preço pelo qual foram adquiridas/concedidas (conforme o caso).

Apesar de não se enquadrar como uma política ou prática habitual, a remuneração baseada em ações também é referenciada no longo prazo, pois geralmente estará sujeita a condições que possibilitem aos administradores auferir ganhos somente após a liberação dos prazos de alienação/entrega

(conforme o caso) de tais ações, ou ainda outras condições, e sempre na medida em que as ações da Companhia se valorizem.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa anual	36%	43%
Salário ou pró-labore	36%	43%
Remuneração variável	17%	21%
<i>Bônus</i>	17%	21%
Baseada em ações, incluindo opções	47%	36%

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa anual	28%	31%
Salário ou pró-labore	28%	31%
Remuneração variável	58%	52%
<i>Bônus</i>	58%	52%
Baseada em ações, incluindo opções	14%	17%

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa anual	42%	44%
Salário ou pró-labore	42%	44%
Remuneração variável	19%	30%
<i>Bônus</i>	19%	30%
Baseada em ações, incluindo opções	39%	26%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O Conselho de Administração é responsável pela definição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, incluindo a remuneração fixa, variável e os critérios de outorga de opções e concessão de ações restritas.

A remuneração individual, fixa e variável da Diretoria da Companhia é definida com base em pesquisa de remuneração realizada com empresas abertas de grande porte e é atualizada anualmente com base na variação do IGP-M ou do IPC-A, até que o Conselho de Administração entenda ser necessária a realização de nova pesquisa. Os membros do Conselho de Administração recebem a mesma remuneração fixa.

Anualmente, as metas da Diretoria da companhia, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração variável e no montante de opções a serem outorgadas e de ações restritas a serem concedidas, são revistas, validadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

A parcela fixa da remuneração da Diretoria Estatutária procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas do setor em que a Companhia atua, sendo reajustada com base nos padrões verificados no mercado (inflação). A parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária é calculada de forma que represente uma parte importante da remuneração total da Diretoria, sendo diretamente atrelada a metas globais da Companhia e metas individuais de cada diretor, determinadas pelo Conselho de Administração. A principal razão que justifica tal distribuição é o alinhamento entre as funções desempenhadas pelos diretores e os interesses dos acionistas, de forma que os diretores logrem alcançar os objetivos da Companhia.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca seguir os padrões de mercado.

A parcela fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração não prevê reajuste anual.

A remuneração dos diretores estatutários da Companhia é baseada em um modelo de remuneração que concentra uma parcela significativa na parcela variável, com o intuito de compartilhar os riscos e os resultados dos seus principais executivos com os acionistas. Nesse sentido, a remuneração fixa está em linha com o mercado e a remuneração variável estimula a busca de resultados expressivos para a obtenção de uma remuneração variável acima da média do mercado. A remuneração variável é definida com os seguintes critérios: (i) metas de resultado da Companhia desafiadoras, mas atingíveis; (ii) sem remuneração variável se as metas da Companhia não forem alcançadas em determinado nível; (iii) o diretor fará jus a remuneração variável apenas se as metas da Companhia e do diretor forem alcançadas.

A outorga de opções de ações e das concessões de ações restritas da Companhia visa alinhar os interesses dos acionistas e dos administradores no longo prazo, mediante o investimento na aquisição de ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda ou entrega condicionada à permanência na Companhia por determinado período.

Para o Conselho Fiscal, quando instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho se aplicam à Diretoria Estatutária, com relação à parcela variável de sua remuneração. As políticas de remuneração da Companhia buscam estruturar a remuneração de cada diretor com base no atendimento a metas globais da Companhia e metas individuais, conforme as funções que lhe sejam atribuídas, além da criação de valor aos acionistas calculado através da métrica Total Accounting Return. As metas globais da Companhia estão ligadas ao desempenho operacional da empresa medido através do EBITDA além de outros indicadores como taxa de vacância do portfólio, geração de caixa (FFO), nível de investimentos, controle de custos e outros indicadores estratégicos como abertura de novos empreendimentos, aquisição ou venda de imóveis e à gestão do caixa da companhia.

Adicionalmente, observa-se que qualquer ganho relacionado ao plano de opção de compra de ações e ao plano de remuneração baseada em ações, conforme suas condições detalhadas mais abaixo no item 8.4, apenas serão verificados na medida e na proporção da valorização das ações

de emissão da Companhia no mercado, de forma que o participante do plano sinta-se incentivado para contribuir com a geração de valor aos acionistas no longo prazo.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca seguir os padrões de mercado.

A remuneração dos diretores estatutários da Companhia é baseada em um modelo de remuneração que concentra uma parcela significativa na parcela variável, com o intuito de compartilhar os riscos e os resultados dos seus principais executivos com os acionistas. Nesse sentido, a remuneração fixa está em linha com o mercado e a remuneração variável estimula a busca de resultados expressivos para a obtenção de uma remuneração variável acima da média do mercado. A remuneração variável é definida com os seguintes critérios: (i) metas de resultado da Companhia desafiadoras, mas atingíveis; (ii) sem remuneração variável se as metas da Companhia não forem alcançadas em determinado nível; (iii) o diretor fará jus a remuneração variável apenas se as metas da Companhia e do diretor forem alcançadas.

A outorga de opções de ações e das concessões de ações restritas da Companhia visa alinhar os interesses dos acionistas e dos administradores no longo prazo, mediante o investimento na aquisição de ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda ou entrega condicionada à permanência na Companhia por determinado período.

Para o Conselho Fiscal, quando instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controles diretos ou indiretos

Nenhum diretor ou membro do Conselho de Administração tem sua remuneração relativa ao desempenho de funções na Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia. Não obstante, observa-se que determinadas subsidiárias da Companhia efetuam pagamentos mensais aos administradores a título de pró-labore pelas funções exercidas pelos respectivos diretores enquanto administradores de tais subsidiárias

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há nenhuma remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 31/12/2023 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9	3	N/A	12
Nº de membros remunerados	9	3	N/A	12
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.122.000,00	4.695.000,00		5.187.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00		0,00
Por Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.662.000,00		8.662.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	114.450,00		114.450,00
Total da remuneração	1.122.000,00	13.471.450,00		14.593.450,00

OBS: (1) Propomos para 2023, 9 membros no conselho de administração, sendo 3 suplentes. (2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. (3) Os valores da remuneração baseada em ações correspondem ao total das opções outorgadas para os beneficiários no programa de opção de ações do exercício multiplicado pelo valor justo das respectivas opções.

Remuneração total para o Exercício Social de 31/12/2022 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,67	3	N/A	12,67
Nº de membros remunerados	9,67	3	N/A	12,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.076.953,60	4.671.372,00		6.748.325,60
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	975.250,00	2.338.868,00		3.314.118,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções	2.719.361,41	3.974.649,32		0,00
Total da remuneração	5.771.565,01	10.984.889,32		16.756.454,33

OBS: (1) Encerramos o ano de 2022 com 10 membros no conselho de administração, sendo 3 suplentes. (2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular Anual CVM/SEP/2022. (3) Os valores da remuneração baseada em ações correspondem ao total das opções outorgadas para os beneficiários no programa de opção de ações do exercício multiplicado pelo valor justo das respectivas opções.

Remuneração total para o Exercício Social de 31/12/2021 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,33	3	N/A	11,33
Nº de membros remunerados	8,33	3	N/A	11,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.939.131,84	4.251.267,24		6.190.399,08
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	3.956.537,00	6.935.275,00		10.819.812,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações, incluindo opções	946.041,46	2.262.530,24		3.208.571,70
Total da remuneração	6.841.710,30	13.449.072,48		20.290.782,78

OBS: (1) Encerramos o ano de 2021 com 9 membros no conselho de administração, sendo 3 suplentes. (2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular Anual CVM/SEP/2022. (3) Os valores da remuneração baseada em ações correspondem ao total das opções outorgadas para os beneficiários no programa de opção de ações do exercício multiplicado pelo valor justo das respectivas opções bem como, a uma estimativa do total de ações restritas concedidas para os beneficiários no programa de remuneração baseada em ações do exercício multiplicado pelo valor justo das ações. (4) Em 2021, a Companhia não tinha o Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total para o Exercício Social de 31/12/2020 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,08	3	1	12,08
Nº de membros remunerados	8,08	3	1	12,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.737.046,76	3.684.485,40	85.787,76	5.507.319,92
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	347.409,35	1.008.593,35	17.157,55	1.373.160,25
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)	
Remuneração variável				
Bônus	762.035,00	2.504.364,00	0,00	3.266.399,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	152.407,00	701.221,92	0,00	853.628,92
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS e FGTS)		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	1.605.872,20	2.214.894,59	0,00	3.820.766,79
Total da remuneração	4.604.770,31	10.113.559,26	102.945,31	14.821.274,88

OBS: (1) Encerramos o ano de 2020 com 7 membros no conselho de administração, sendo 1 suplentes. (2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular Anual CVM/SEP/2022. (3) Os valores da remuneração baseada em ações correspondem ao total das opções outorgadas para os beneficiários no programa de opção de ações do exercício multiplicado pelo valor justo das respectivas opções. (4) Em 2020, o Conselho Fiscal estava instalado até Abril/2020.

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

2023 – Previsão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9	0	3	12
Número de membros remunerados	9	0	3	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano (R\$)	0,00	0,00	8.662.000,00	8.662.000,00
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	0,00	0,00	8.662.000,00	8.662.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

A provisão dos bônus 2023 é realizada mensalmente durante o exercício de 2023, e seu efetivo pagamento está previsto para Fevereiro/2024, após a apuração das metas da Companhia e as metas individuais. Os valores acima são em Reais e estão sem encargos.

2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,67	N/A	3	12,67
Número de membros remunerados	9,67	0	3	12,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano (R\$)	2.800.000,00	0,00	7.150.000,00	9.950.000,00
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	975.250,00	0,00	2.338.868,00	3.314.118,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a) (R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	N/A	0,00	0,00

(a) O valor refere-se à provisão de bônus de 2022 reconhecida no resultado durante o exercício de 2022, com encargos, e pago em Fevereiro/2023. Os valores acima são em Reais.

Até o exercício social encerrado em 31/12/2022, o Presidente do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária possuíam remuneração variável.

2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	8,33	0	3	11,33
Número de membros remunerados	8,33	0	3	11,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0	0,00	0
Valor máximo previsto no plano (R\$)	2.300.000,00	0	5.250.000,00	7.550.000,00
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	3.956.537,00	0	6.935.275,00	10.891.812,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

O valor refere-se à provisão de bônus de 2021 reconhecida no resultado durante o exercício de 2021, com encargos, e pago em Fevereiro/2022. Os valores acima são em Reais.

Até o exercício social encerrado em 31/12/2022, o Presidente do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária possuía remuneração variável.

2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de total de membros	8,08	1,0	3	12,08
Número de membros remunerados	8,08	0	3	11,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano (R\$)	2.754.301,00	0,00	6.891.379,00	9.645.680,00
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	914.442,00	0,00	3.205.585,92	4.120.027,92
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

O valor refere-se à provisão de bônus de 2020 reconhecida no resultado durante o exercício de 2020, com encargos, e pago em fevereiro/2021. Os valores acima são em Reais.

Até o exercício social encerrado em 31/12/2022, o Presidente do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária possuía remuneração variável.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. data de aprovação e órgão responsável**

Plano de Opção de Compra de Ações

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (o “Plano de Opção”), empregados de alto nível e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O Plano de Opção foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2006 e teve algumas de suas disposições alteradas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010 e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2018. O Conselho de Administração é responsável por administrar o Plano de Opção, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano de Opção. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. No entanto, atualmente a Companhia não tem Comitê instalado para administrar o Plano de Opção.

O Conselho de Administração realiza as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), onde serão definidos os Beneficiários, o número total de ações objeto de outorga, a divisão das opções em lotes, o preço e o prazo de exercício, eventuais restrições às ações adquiridas e disposições sobre as penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondente.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Em reunião realizada em 14 de março de 2012, o Conselho de Administração deliberou submeter aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, um novo Plano de Opção de Compra de Ações (o “Novo Plano de Opção”). O Novo Plano de Opção, que foi aprovado por unanimidade em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2012, permite a outorga de opções de compra de ações sob condições mais flexíveis, dando poderes ao Conselho de Administração e ao Comitê, conforme o caso, para estruturar as outorgas de maneira ainda mais eficiente e de acordo com demandas específicas que se façam presentes num determinado momento.

Em reunião realizada em 03 de maio de 2018, o Conselho de Administração deliberou submeter aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, alterações no Novo Plano de Opção. Tais alterações, que foram aprovadas por unanimidade em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de maio de 2018, consistiram no cancelamento de outorgas previstas no Plano de Opção uma vez que não se mostraram adequados aos interesses da Companhia.

Na reunião de 3 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2018”), que entrou em vigor no dia 25 de maio de 2018.

Na reunião de 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2019”), que entrou em vigor no dia 13 de março de 2019.

Na reunião de 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2020”), que entrou em vigor no dia 06 de março de 2020.

Na reunião de 03 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2021”), que entrou em vigor no dia 03 de março de 2021.

Na reunião de 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2022”), que entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2022.

Plano de Remuneração Baseado em Ações

A Companhia implementou um Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações” e, em conjunto com o Plano de Opção, os “Planos”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2018, segundo o qual os Beneficiários são elegíveis para receber ações da Companhia. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas “Ações Restritas”.

O Conselho de Administração tem amplos poderes de organização e gestão do Plano de Ações, em conformidade com seus termos e condições gerais, devendo estabelecer os termos e condições aplicáveis a cada programa de Ações Restritas, incluindo as condições e procedimento de transferência das Ações Restritas e regras aplicáveis em caso de desligamento.

Na reunião de 03 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2018”), que entrou em vigor no dia 25 de maio de 2018.

Na reunião de 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2019”), que entrou em vigor no dia 13 de março de 2019.

Na reunião de 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2020”), que entrou em vigor no dia 06 de março de 2020.

Na reunião de 03 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2021”), que entrou em vigor no dia 05 de março de 2021.

Na reunião de 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2022”), que entrou em vigor no dia 04 de março de 2022.

Na reunião de 02 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2023”), que entrou em vigor no dia 02 de janeiro de 2023.

Principais objetivos do plano

O principal objetivo dos Planos (Plano de Opção e Plano de Ações) é o alinhamento dos administradores aos interesses dos acionistas da Companhia, criando também a oportunidade de investimento e estabelecendo assim visão de longo prazo.

c. Número máximo de ações abrangidas

Por meio dos Programas atualmente existentes, o Conselho de Administração realizou outorga de opções que, no total, darão direito à aquisição de 2.241.877 ações ordinárias de emissão da Companhia, das quais, até a presente data, 1.598.766 já foram adquiridas mediante o exercício de opções, e 328.111 canceladas. Por meio do Programa de Ações Restritas, o Conselho de Administração realizou a concessão de 1.520.455 ações restritas, das quais 124.289 foram canceladas, sendo que as ações somente serão transferidas aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

Os Planos estabelecem que o número máximo de ações abrangidas por cada Plano deverá respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) – portanto, totalizando 10% (dez por cento) para ambos os Planos – do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas e ações restritas não entregues nos termos de todos os Programas em vigor. Atualmente, considerando-se o número total de ações em que se divide o capital social da Companhia, este número corresponde a 5.773.732 ações.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Por meio dos Programas atualmente existentes sob o Plano de Opções (Programas 2015, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022), o Conselho de Administração realizou outorgas de 2.241.877 opções, sendo 328.111 opções foram canceladas, 1.598.766 opções foram exercidas e 405.000 opções a serem exercidas.

Deste total, a quantidade de 279.879, 267.511, 231.755, 167.740 e 342.865 opções foram outorgadas pelo Conselho de Administração, no âmbito dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

Os Programas de Ações Restritas de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 realizaram a concessão de 1.520.455 ações restritas, dos quais 124.289 foram canceladas, sendo que as ações somente serão transferidas aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

e. Condições de aquisição de ações

Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

Os Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 são divididos em 3 diferentes modelos de outorga, com estrutura distinta entre si.

Na Outorga 1, as opções outorgadas devem ser exercidas imediatamente, no ato da assinatura do Contrato, pelo preço de exercício conforme as regras descritas no item “i” abaixo. As opções são divididas em 3 Lotes (Lote A, Lote A-1 e Lote B), de valor total equivalente, respectivamente, a 40%, 20% e 40% da remuneração variável líquida paga pela Companhia ao Beneficiário. O Lote B apenas poderá ser exercido caso o Beneficiário opte pelo exercício integral do Lote A. O preço de exercício deverá ser pago à vista, no ato de exercício das opções. As opções não exercidas no prazo caducarão e serão extintas. As opções do Lote B darão direito ao recebimento, cada uma, de 4 ações ordinárias, porém apenas uma delas será entregue imediatamente ao Beneficiário, e ainda estará sujeita a período de indisponibilidade (*lock-up*), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes. As 3 ações restantes do Lote B apenas serão entregues após o prazo de carência de 5

anos, e caso o Beneficiário permaneça no desempenho de suas funções. Tais ações diferidas, assim, equivalem a um ajuste do preço total pago pelo Beneficiário para exercício conjunto dos Lote A, A-1 e B, lembrando que este apenas poderá ser exercido caso aquele venha a ser exercido integralmente. Assim, o potencial ganho decorrente de tal fator de ajuste serve como estímulo para o comprometimento de recursos pelo Beneficiário e à sua retenção pelo prazo de carência aplicável. Nos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, o Lote B dá direito a apenas 1 ação ordinária para cada opção exercida, o que elimina as ações diferidas conforme descrito acima. As demais regras e condições permanecem as mesmas dos Programas de anos anteriores.

Na Outorga 2 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, as opções podem ser exercidas em até 30 meses contados da data da outorga. O preço de exercício deverá ser pago à vista, no ato de exercício das opções. As opções não exercidas no prazo caducarão e serão extintas. As opções exercidas estão sujeitas ao período de indisponibilidade (*lock-up*), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes.

Na Outorga 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 deverá prever a possibilidade de aquisição das ações apenas após um prazo de 5 anos contados da outorga das opções correspondentes, a um preço de exercício determinado na forma descrita no item “i” abaixo.

No Programa 2015, o Conselho de Administração aprovou a Outorga 4 que preve a possibilidade de aquisição das ações apenas após um prazo de 5 e 10 anos contados da outorga das opções correspondentes, a um preço de exercício determinado na forma descrita no item “i” abaixo.

Nos Programas de Ações Restritas de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

Nos Programas de Ações Restritas de 2023, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de três anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da B3 (“Valor de Mercado”), sujeito à correção monetária com base na variação de índice de preços e de taxa de juros a serem definidas pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Plano. O Conselho de Administração poderá ainda conceder um desconto de até 20% sobre o Valor de Mercado, na fixação do preço de exercício das opções. O preço de exercício das opções outorgadas e ainda não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia por ação adquirida no âmbito do Plano, a partir da data da outorga.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de correção monetária e acréscimo de juros existe para que o preço de exercício possa acompanhar uma taxa mínima de retorno exigido, de forma que os Beneficiários auferam ganho apenas no caso de as ações garantirem um retorno mínimo. A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas não se tornaram ainda acionistas. Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

As opções outorgadas no âmbito dos Programas atualmente vigentes estão todas sujeitas a tais regras, tendo sido, inclusive, em todos os casos, concedido o desconto de 20% mencionado acima, bem como previsto o índice IGP-M para fins de correção do preço de exercício das opções.

Os Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 preveem 3 diferentes modelos de outorgas, estruturados de maneira distinta. Na Outorga 1, o preço de exercício de todas as opções é o Valor de Mercado, aplicado um desconto de 10%.

Na Outorga 2, o preço de exercício será o Valor de Mercado, corrigido pela variação do IGP-M, aplicado um desconto de 20%. Na Outorga 3 deverá prever o exercício das opções ao Valor de Mercado, sem qualquer desconto e com a dedução de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação até a data do exercício das opções. Na Outorga 4 do Programa 2015 deverá prever o exercício das opções ao Valor de Mercado, aplicado um desconto de 20% e com a dedução de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação até a data do exercício das opções.

Nos Programas de Ações Restritas de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, no âmbito do Plano de Ações, a concessão das ações será realizada a título gratuito aos participantes, observados os termos do Plano de Ações e do respectivo programa.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

A outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 prevê a necessidade de exercício imediato das opções integrantes do Lote A, Lote A-1 e Lote B, após o que serão integralmente extintas, e ainda estará sujeita a período de indisponibilidade (lock-up), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes.

Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022

As opções outorgadas no âmbito da Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022, estiveram ou estarão sempre sujeitas a um prazo inicial de exercício de 30 dias, contados da data de sua outorga.

Após este prazo inicial para exercício, a parcela remanescente das opções poderá ser exercida dentro de um prazo máximo de exercício de até 30 meses, sendo que as opções apenas poderão ser exercidas durante períodos específicos de cada ano: de 1 a 31 de março e de 1 a 30 de setembro. Este prazo final de 30 meses significa uma oportunidade para que os Beneficiários tenham um intervalo adequado para avaliação do melhor momento de comprometer seus recursos, sem, no entanto, deixar de observar as condições necessárias para um comprometimento mínimo, veiculadas pela necessidade de destinação da sua remuneração variável.

Outorga 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

A Outorga 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 prevê que as opções serão exercíveis apenas após o prazo de carência de 5 anos contados de sua outorga. A partir de tal data, o Beneficiário terá o prazo de 365 dias para exercer as opções, após o qual serão extintas. Entende-se que as opções da Outorga 3 serão concedidas como benefício adicional a Beneficiários considerados estratégicos, assim prevendo condições mais rígidas para o seu exercício, de maneira que as opções apenas estarão disponíveis para exercício no prazo de 5 anos, exigindo assim a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, caso queira obter o benefício adicional associado ao exercício das opções da Outorga 3.

Outorga 4 do Programa 2015

A Outorga 4 do Programa 2015 prevê que as opções serão exercíveis apenas após o prazo de carência de 5 anos e 10 anos contados de sua outorga. A partir de tal data, o Beneficiário terá o prazo de 30

dias para exercer as opções, após o qual serão extintas. Entende-se que as opções da Outorga 4 serão concedidas como benefício adicional a Beneficiários considerados estratégicos, assim prevendo condições mais rígidas para o seu exercício, de maneira que as opções apenas estarão disponíveis para exercício no prazo de 5 anos e 10 anos, exigindo assim a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, caso queira obter o benefício adicional associado ao exercício das opções da Outorga 4.

Programa de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com os Programas de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, a entrega das Ações Restritas será realizada após o decurso de prazo de carência de 5 anos contados da data em que o Programa entrou em vigor.

Programa de Ações Restritas 2023

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com os Programas de Ações Restritas 2023, a entrega das Ações Restritas será realizada após o decurso de prazo de carência de 3 anos contados da data em que o Programa entrou em vigor.

h. Forma de liquidação

Usualmente, as ações adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas aos Beneficiários ou entregues aos Beneficiários em decorrência do Plano de Ações são ações mantidas em tesouraria.

Sob o Plano de Opções, o preço de exercício será pago pelo Beneficiário à vista e em moeda corrente nacional, na data da aquisição das ações correspondentes às opções exercidas.

No Programa de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

No Programa de Ações Restritas 2023, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de três anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

i. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas em virtude do exercício das opções outorgadas pela Companhia deverão estar sujeitas a períodos de indisponibilidade, durante os quais não poderão ser alienadas a qualquer título (períodos de lock-up). Nos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, as regras de lock-up são de que as ações adquiridas em decorrência do exercício de opções apenas poderão ser alienadas após o prazo de 30 meses contados de sua aquisição, para 50% das ações adquiridas, e os 50% restantes somente após 60 meses contados de sua aquisição. Esta regra é aplicável à Outorga 1 e 2 de tais Programas referente as ações que sejam entregues aos Beneficiários imediatamente ao exercício das opções (sendo que a parte remanescente das ações apenas será efetivamente entregue aos Beneficiários após o prazo de carência de 5 anos contados do exercício das opções, porém sendo entregues já livres e desembaraçadas para venda).

Em todos os casos, as ações adquiridas pelos Beneficiários, observados, caso aplicáveis, os correspondentes períodos de lock-up, estarão sujeitas ao direito de preferência para aquisição pela Companhia, sendo neste caso aplicável o valor equivalente à média ponderada das ações da mesma

espécie da Companhia no pregão da B3, no primeiro dia útil imediatamente anterior à data da venda das ações.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário que ainda esteja vinculado à Companhia, os períodos de lock-up não serão aplicáveis, podendo o Beneficiário ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, alienar livremente as ações a qualquer tempo.

No âmbito do Programa de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, as ações entregues estarão livres e desembaraçadas, podendo ser alienadas a qualquer tempo, observado o direito de preferência da Companhia.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Programas e o Programa de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 poderão ser alterados ou extintos pelo Conselho de Administração a qualquer momento. Não obstante, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, sem o consentimento do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações (i) de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra ou (ii) relativos aos pagamentos em ações no âmbito do Plano de Ações.

Adicionalmente, sob o Plano de Opções, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, que implique mudança de controle da Companhia, o Conselho de Administração deverá optar, conforme o caso (i) pela extinção das opções outorgadas e o término do Plano, ou (ii) pela antecipação do prazo final para exercício das opções outorgadas sob os programas vigentes.

Sob o Plano de Ações, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas vigentes, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro. Na hipótese de alienação de controle da Companhia, (i) o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão antecipar o prazo de entrega das Ações Restritas; e (ii) as Ações Restritas adquiridas pelo Participante, que estejam sujeitas a restrições à sua transferência, ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, respeitado eventual direito de preferência, se houver.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Outorgas 2 e 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e Outorga 4 do Programa 2015

As condições da Outorga 2 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 determinam que, em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer motivo, caducarão as opções que lhe tenham sido outorgadas, tenham ou não decorrido os prazos de carência que lhe sejam aplicáveis.

Em caso de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente o beneficiário ou herdeiros terão o prazo de 12 meses para exercício das opções ainda não exercidas, tenham ou não decorrido os seus respectivos prazos de carência. Nas Outorgas 2 e 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e Outorga 4 do Programa 2015, este prazo deverá ser de 180 dias, e não se aplicará a exceção para a aposentadoria do Beneficiário.

Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e do Programa de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer motivo, caducarão as opções ou as concessões de Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas ou concedidas, bem como as ações que estariam sujeitas a prazo de carência para entrega futura.

Em caso de falecimento ou de invalidez permanente do Beneficiário, ele ou seus herdeiros ou sucessores, conforme o caso, terão direito ao recebimento imediato das ações que estariam sujeitas a prazo de carência para entrega futura, e todas as ações estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Diretoria Estatutária	Presidente do Conselho de Administração	Demais membros do Conselho de Administração
Programa de Opções 2020			
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
. Em aberto no início do exercício social	R\$ 47,58	R\$ 47,58	R\$ 42,29
. Perdidas e expiradas durante o exercício social	---	---	---
. Exercidas durante o exercício social	R\$ 47,58	R\$ 47,58	---
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,1479%	0,0848%	0,0693%
Programa de Opções 2021			
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
. Em aberto no início do exercício social	R\$ 34,50	R\$ 34,50	R\$ 30,66
. Perdidas e expiradas durante o exercício social	---	---	---
. Exercidas durante o exercício social	R\$ 34,50	R\$ 34,50	---
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,0847%	0,0277%	0,0693%
Programa de Opções 2022			
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
. Em aberto no início do exercício social	R\$ 33,57	R\$ 33,57	R\$ 29,84
. Perdidas e expiradas durante o exercício social	---	---	---
. Exercidas durante o exercício social	R\$ 33,57	R\$ 33,57	---
. Expiradas durante o exercício social	---	---	---
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,2511%	0,1480%	0,0693%

Não há previsão de programa de opções para o exercício de 2023.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Programa de Opções 2020	Diretoria Estatutária	Presidente do Conselho de Administração	Demais membros do Conselho de Administração
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Data da outorga	19/02/2020	19/02/2020	02/05/2020
Quantidade de opções outorgadas	85.377	48.980	40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	11/03/2020	11/03/2020	02/05/2020
Prazo máximo para exercício das opções	11/03/2020	11/03/2020	30/09/2022
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 2,70	R\$ 2,70	R\$ 8,00
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	230.517,90	132.246,00	320.000,00
Programa de Opções 2021			
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Data da outorga de opções de compra de ações	03/03/2021	03/03/2021	02/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	48.882	16.015	40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	05/03/2021	05/03/2021	02/05/2021
Prazo máximo para exercício das opções	05/03/2021	05/03/2021	30/09/2023
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 6,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.955,28	640,60	257.600,00
Programa de Opções 2022			
Número total de membros	3	1	8
Número de membros beneficiários	3	1	8
Data da outorga de opções de compra de ações	16/02/2022	16/02/2022	02/05/2022
Quantidade de opções outorgadas	144.989	85.448	40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	04/03/2022	04/03/2022	02/05/2022
Prazo máximo para exercício das opções	04/03/2022	04/03/2022	30/09/2024
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos	50% em 2,5 anos e 50% em 5,0 anos
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 9,58	R\$ 9,58	R\$ 12,25
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.388.994,62	818.591,84	490.000,00

Não há previsão de programa de opções para o exercício de 2023.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Programa de Opções 2022	Presidente do Conselho de Administração	Demais membros do Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	1	9	3
Nº de membros remunerados	1	9	3
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	n.a.	n.a.	n.a.
Data em que se tornarão exercíveis	n.a.	n.a.	n.a.
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	n.a.	n.a.
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	n.a.	n.a.
Preço médio ponderado de exercício	n.a.	n.a.	n.a.
Valor justo das opções no último dia do exercício social (b)	n.a.	n.a.	n.a.
Opções exercíveis			
Quantidade	n.a.	45.000	n.a.
Prazo máximo para exercício das opções	n.a.	30/09/2024	n.a.
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a.	2,5 anos 50% das ações / 5 anos 50% das ações	n.a.
Preço médio ponderado de exercício (a)	n.a.	R\$ 29,84	n.a.
Valor justo das opções no último dia do exercício social (b)	n.a.	R\$ 8,07	n.a.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n.a.	363.150,00	n.a.

(a) valor referente ao exercício inicial das opções

(b) o valor justo das opções é calculado somente no início do Programa

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Programa de Opções 2020	Presidente do Conselho de Administração	Demais membros do Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	1	n.a.	3
Nº de membros remunerados	1	n.a.	3
Número de ações	48.980	-	85.377
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 47,58	n.a.	R\$ 47,58
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas (a)	R\$ 45,50	n.a.	R\$ 45,50
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	101.878,40	n.a.	177.584,16
Programa de Opções 2021			
Nº de membros	1	n.a.	3
Nº de membros remunerados	1	n.a.	3
Número de ações	16.015	-	48.882
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 34,50	n.a.	R\$ 34,50
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas (a)	R\$33,60	n.a.	R\$33,60
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	14.413,50	n.a.	43.993,80
Programa de Opções 2022			
No de membros	1	n.a.	3
Nº de membros remunerados	1	n.a.	3
Número de ações	85.448	-	144.989
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 33,57	n.a.	R\$ 33,57
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas as opções exercidas (a)	R\$34,10	n.a.	R\$34,10
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-45.287,44	n.a.	-76.844,17

(a) Preço de fechamento da ação na data do exercício das opções

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Diretoria Estatutária	Presidente do Conselho de Administração
Programa de Ações Restritas 2020		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,2231%	0,1188%
Programa de Ações Restritas 2021		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,1276%	0,0388%
Programa de Ações Restritas 2022		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,3608%	0, 2072%
Programa de Ações Restritas 2023		
Número total de membros	3	n.a.
Número de membros beneficiários	1	n.a.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,0606%	n.a.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

	Diretoria Estatutária	Presidente do Conselho de Administração
Programa de Ações Restritas 2020		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Data da outorga	19/02/2020	19/02/2020
Quantidade de ações outorgadas	128.797	68.572
Prazo máximo de entrega das ações	11/03/2025	11/03/2025
Prazo de restrição à transferência de ações	---	---
Valor justo das ações na data de outorga	R\$ 29,77	R\$ 29,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	3.834.286,69	2.041.388,44
Programa de Ações Restritas 2021		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Data da outorga	03/03/2021	03/03/2021
Quantidade de ações outorgadas	73.689	22.421
Prazo máximo de entrega das ações	05/03/2026	05/03/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	---	---
Valor justo das ações na data de outorga	R\$ 30,68	R\$ 30,68
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	2.260.778,52	687.876,28
Programa de Ações Restritas 2022		
Número total de membros	3	1
Número de membros beneficiários	3	1
Data da outorga	04/03/2022	04/03/2022
Quantidade de ações outorgadas	208.345	119.627
Prazo máximo de entrega das ações	04/03/2027	04/03/2027
Prazo de restrição à transferência de ações	---	---
Valor justo das ações na data de outorga	R\$ 11,28	R\$ 11,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	2.350.131,60	1.349.392,56
Programa de Ações Restritas 2023		
Número total de membros	3	n.a.
Número de membros beneficiários	1	n.a.
Data da outorga	02/01/2023	n.a.
Quantidade de ações outorgadas	35.000	n.a.
Prazo máximo de entrega das ações	01/01/2026	n.a.
Prazo de restrição à transferência de ações	---	n.a.
Valor justo das ações na data de outorga	R\$ 3,29	n.a.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	115.150,00	n.a.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve até o momento a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações. As ações outorgadas nos programas de Ações Restritas estão em período de *vesting*.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

As opções da Companhia foram precificadas utilizando o Modelo Binomial de Hull.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram as seguintes:

Data de cálculo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações. O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da B3 (“Valor de Mercado”).

Preço de exercício. Corresponde ao Valor de Mercado na data de outorga das opções, aplicando-se (i) para a Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, um desconto de 10%, sendo que opções do Lote A, Lote A-1 e Lote B; (iii) para a Outorga 2 do Programa 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 um desconto de 20% e correção pelo IGP-M; e (iv) para a Outorga 3 do Programa 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, sem desconto e correção. Os Programas de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 foram concedidos a título gratuito aos beneficiários.

Volatilidade esperada. A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a cada Programa. O Modelo Binomial de Hull presume que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação da Companhia atingisse 2,5 vezes o preço de exercício.

Prazo de vida da opção. Equivalente ao prazo máximo para seu exercício, que é de (i) 30 meses na Outorga 2 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022; e (ii) 5 anos na Outorga 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Na Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, as opções deverão ser exercidas imediatamente.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos). A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia. No entanto, nos casos em que as opções concedidas são protegidas em relação aos dividendos, isto é, têm desconto de seu preço de exercício os valores dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação correspondente, foi considerado que a taxa de distribuição de dividendos é igual a zero, para fins de cálculo do valor justo das opções.

Taxa de juros livre de risco. As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga para títulos de prazo de vencimento semelhante.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Para fins de ilustração, os dados explicados neste item “b” foram os seguintes com relação às opções outorgadas nos 3 últimos exercícios sociais:

Premissas	Programa 2020				Programa 2021				Programa 2022			
	Outorgas				Outorgas				Outorgas			
	1	2	3	Ações restritas	1	2	3	Ações restritas	1	2	3	Ações restritas
Preço da ação da data da outorga ou concessão	R\$ 56,01	R\$ 56,01	R\$ 56,01	R\$ 56,01	R\$ 33,00	R\$ 33,00	R\$ 33,00	R\$ 33,00	R\$ 37,80	R\$ 37,80	R\$ 37,80	R\$ 37,80
Preço de exercício	R\$ 47,58	R\$ 42,29	R\$ 53,02	R\$ 0,00	R\$ 34,50	R\$ 34,50	R\$ 34,50	R\$ 34,50	R\$ 33,57	R\$ 33,57	R\$ 33,57	R\$ 33,57
Volatilidade - %	38,44	24,58	24,58	24,58	39,22	40,50	40,50	40,50	36,43	42,22	42,22	42,22
Tempo de vida da opção (anos)	0,01	2,6	5	3,5	0,01	2,5	5	3,5	0,03	2,5	5	3,44
Dividendos	R\$ 0,81	R\$ 0,72	R\$ 0,90	R\$ 0,71	R\$ 0,96	R\$ 0,96	R\$ 0,96	R\$ 0,96	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45
Taxa livre de risco	4,15%	4,15%	9,89%	10,33%	1,94%	1,93%	8,13%	8,17%	10,71%	11,70%	11,22%	11,22%

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O plano não prevê exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a cada Programa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características além daquelas mencionadas acima.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

		31/12/2022		
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Total
São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.	Ações ordinárias**	1.557.086	1.372.535	2.929.621

* Inclui conselheiros suplentes e exclui os conselheiros acionistas controladores.

** Trata-se de ações ordinárias de emissão da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

Não há planos de previdência em vigor.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais			
Conselho de Administração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	9,67	8,33	8,08
Valor da maior remuneração (Reais)	4.840.133,88	6.262.122,30	3.821.520,31
Valor da menor remuneração (Reais)	16.000,00	62.198,50	4.800,00
Valor médio da remuneração (Reais)	596.852,64	821.333,77	569.897,31
Diretoria Estatutária			
Nº de membros	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	6.796.911,90	9.304.533,99	6.179.924,24
Valor da menor remuneração (Reais)	1.879.072,47	1.823.674,83	1.706.147,82
Valor médio da remuneração (Reais)	3.661.629,77	4.483.024,16	3.371.186,42
Conselho Fiscal			
Nº de membros	n.a.	n.a.	1
Valor da maior remuneração (Reais)	n.a.	n.a.	34.315,10
Valor da menor remuneração (Reais)	n.a.	n.a.	34.315,10
Valor médio da remuneração (Reais)	n.a.	n.a.	34.315,10

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2022 e pago em Fev/23 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas no programa de ações. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2021	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2021 e pago em Fev/22 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas no programa de ações. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2020	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2020 e pago em Fev/21 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas no programa de ações. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2022	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2022 e pago em Fev/23 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas.
31/12/2021	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2021 e pago em Fev/22 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas.
31/12/2020	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2020 e pago em Fev/21 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	Sem instalação de Conselho Fiscal.
31/12/2021	Sem instalação de Conselho Fiscal.
31/12/2020	Conselho Fiscal até a realização da AGO em Abril/2020

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui nenhum instrumento ou mecanismo financeiro para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. A Companhia contratou apólice de seguros D&O cujo prêmio pago em 2023 foi de R\$ 105.769,32 (R\$ 102.983,34 em 2022).

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2022	2021	2020
Conselho de Administração	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	n.a.	n.a.	100%
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%

Conselho Fiscal instalado para o período de maio de 2019 a abril de 2020

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou, nos 3 últimos exercícios sociais, nenhum pagamento aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e à Diretoria Estatutária que não seja em relação às funções que seus membros ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Alguns conselheiros efetivos da Companhia são também membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia de Bebidas das Américas – AmBev, Lojas Americanas S.A., B2W – Companhia Digital e Restaurants Brands International.

Com relação à remuneração paga por sociedades controladas, determinadas subsidiárias da Companhia realizam o pagamento global mensal, a título de pró-labore, de no máximo 1 salário mínimo aos administradores, que pertencem também à Diretoria Estatutária da Companhia. Essas remunerações pagas por sociedade controladas fazem parte da remuneração global descrita no item 8.2.

Sociedades Controladas	Órgão	Quantidade e membros	Valor Global 2022	Valor Global 2021	Valor Global 2020
253 Part Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Top Center Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
SC Rio Sul Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
HTYSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Gde São Paulo Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Gde Campinas Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
SC Rio CE Generali Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Gde Rio Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
SC Rio Pasteur Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Emp. e Part. S.A.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Campark Emp. Imobiliários Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
CLDSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
ACBSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
SC Rio Cidade Nova Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center São Paulo Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Inter Rio Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
SC Rio CE Candelária Emp. E Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
Best Center Centro Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	12.534,00
H.T.K.S.P.E. Emp. E Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	-
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	13.200,00	-
SC Living Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	-	-
Best Center SLB Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	14.544,00	-	-

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme decisão do Colegiado no Processo nº 19957.007457/2018-10, refletida no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a Companhia passou a reportar no item 8.2 deste Formulário de Referência a remuneração dos administradores líquida dos encargos sociais que são ônus do empregador, conforme aprovada pela assembleia geral.

Assim, para efeito de comparação da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informa que (i) no exercício de 2022 o valor dos encargos foi de R\$ 2.573.307,92, totalizando a remuneração global de R\$ 19.329.762,25; e (ii) na proposta do exercício de 2023 o valor dos encargos é de R\$ 3.964.360,00, totalizando a remuneração global de R\$ 18.557.810,00.